



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: histórias de violência e enfrentamento no município de Pintadas - Bahia.

Autor (a): Geiziane Oliveira de Jesus; Co-autor (a): Márcia Santana Tavares

Universidade Federal da Bahia; Emails: geizianeadv@gmail.com e marciatavares1@gmail.com.

Resumo: Este artigo tem como principal objetivo visibilizar histórias de violência doméstica e familiar contra as mulheres residentes no município baiano de Pintadas. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado a partir de revisões bibliográficas e de depoimentos colhidos em uma roda de conversa com nove estudantes do Colégio Estadual Normal de Pintadas, que têm entre 15 a 34 anos. As análises indicam que circunstâncias locais, como o modo de vida das pessoas, influenciado pelo machismo, conjugado com um grau de proximidade muito grande entre as pessoas, com a deficiência de equipamentos da rede de atendimento à mulher e políticas públicas de prevenção e combate à violência de gênero, influenciam na forma como as mulheres que habitam esse espaço enfrentam a violência doméstica e familiar. As considerações finais apontam para um enfrentamento individual do problema ante a tais circunstâncias. Ademais, sugerem que para garantir os direitos previstos na Lei Maria da Penha às mulheres que vivem em Pintadas, faz-se necessário o investimento na implantação de equipamentos da rede de atendimento à mulher, bem como, em políticas públicas interseccionais que levem em consideração as experiências específicas das mulheres Pintadenses.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra as Mulheres. Resistência. Enfrentamento.

INTRODUÇÃO.

Este trabalho aborda a temática de gênero relacionada aos direitos humanos, considerando a violência doméstica e familiar como uma violação dos mesmos, dando uma ênfase especial ao modo como o espaço em que as mulheres estão inseridas - municípios de pequeno porte¹ - acarreta uma vivência diferente na forma como as mulheres enfrentam à violência.

Ainda são poucas as ações do poder público para combater a violência de gênero em municípios de pequeno porte, essa invisibilidade fica nítida quando se percebe que praticamente inexistem equipamentos da Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres nestas áreas.

Se na capital baiana a rede de proteção apresenta serviços precários e insatisfatórios, sem infraestrutura, com atendimento moroso e

¹ São municípios com até 100. 000 habitantes (IBGE. 2010).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pouco qualificado, nos interiores esta rede sequer existe, algumas cidades não têm delegacias especializadas de atendimento à mulher, dificultando a denúncia e o cumprimento do que prescreve a legislação, tornando as mulheres ainda mais vulneráveis à situação de violência doméstica e familiar (FRANCO e TAVARES, 2016, p. 199).

Ademais, a problemática de mulheres vítimas de violência em municípios de pequeno porte ocupa um espaço reduzido em estudos e pesquisas. A carência de pesquisas que contemplem a questão proposta não significa que não exista violência sexista nesses espaços ou que os índices são menores, apenas evidenciam que a atenção em torno desta questão é diminuída tanto pelas academias, quanto pelo próprio Estado.

O Mapa Nacional da Violência de 2015 mostra que a taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes aumentou 12,5% no Brasil entre 2006 e 2013. A mesma pesquisa revela que os municípios com as maiores taxas de assassinatos de mulheres são os de pequeno porte. A pesquisa aponta que tal aumento é decorrente de circunstâncias locais, que devem ser estudadas mais que fatores globais (WAISELFISZ, 2015).

Assim, pretendendo contribuir com o rompimento desta invisibilidade, este artigo apresenta os resultados obtidos em uma roda de conversa realizada no dia 19 de abril de 2018, em uma sala de aula do Colégio Estadual Normal de Pintadas, com estudantes que tinham entre 15 à 34 anos. A roda de conversa teve como finalidade identificar histórias de mulheres que vivenciaram ou vivenciam situações de violência doméstica e familiar, a forma como elas enfrentam o problema dentro do município de Pintadas.

A metodologia utilizada, roda de conversa, é um espaço para que as participantes falem de seu cotidiano, tanto na esfera da vida privada, como na pública, podendo ouvir a si mesmas, escutar as outras e trocar entre si conhecimentos. Portanto, é um ambiente importante para discussão e construção de saberes e práticas. Assim, trata-se de uma metodologia participativa que pode ser utilizada em diversos contextos para promover uma cultura de reflexão sobre os direitos humanos. Para tanto, foi necessário construir condições para um diálogo entre as participantes através de uma postura de escuta e circulação da palavra, bem como, o uso de técnicas de dinamização de grupo (AFONSO; ABADE. 2008)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

O contexto em que estão inseridas as atrizes sociais deste estudo é o município de Pintadas, situado no Território de Identidade Bacia do Jacuípe², no semiárido baiano, área do Polígono das Secas, a 272 km à Oeste de Salvador, com área de 531,4 Km² e altitude de 300 m. De acordo com o IBGE com uma população estimada em 2017 correspondente a 11.012 pessoas (Atlas de Desenvolvimento Humano apud PNUD, Ipea e FJP).

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Jacuípe (2010), estima-se que mais de 2/3 (dois terços) das mulheres que sofrem algum tipo de violência nos municípios permaneçam caladas e não procurem ajuda. Os motivos são diversos, dentre os quais, o sentimento de vergonha, medo, culpa, dependência emocional ou econômica do agressor, preocupação com o futuro dos filhos.

O número de mulheres que recorrem à polícia também é muito pequeno, os motivos são uma cultura de silêncio, que as impede de denunciar, a falta de estrutura das instâncias públicas e despreparo dos seus agentes. Geralmente, o registro de ocorrência só é feito

pelas mulheres em casos extremos, quando ocorrem ameaças com arma de fogo, espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos (PTDS, 2010).

Deste modo, a problemática proposta levanta os seguintes questionamentos: Como a violência doméstica e familiar se manifesta na vidas das mulheres que participaram da roda de conversa? Como elas enfrentam ao problema? Por último, como o fato de residirem em um município de pequeno porte, Pintadas, interfere na forma de enfrentamento?

2. Histórias de violência e enfrentamento das mulheres Pintadenses.

A roda foi conduzida pelas participantes, a maioria do tempo, em tom de descontração davam muitas risadas com as histórias umas das outras, as quais eram contadas também em tom de graça para estimular o riso das colegas. Isso não significa que as participantes não estavam levando o debate a sério, pelo contrário. O que se percebe é que, em virtude da cidade ser pequena e todas se conhecerem e fazerem parte da mesma turma, esta foi a melhor forma que encontraram de contarem

Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Vázea da Roça e Vázea do Poço.

² O conceito de Território de Identidade está previsto no Decreto 12.354, de 25.08.2010, art. 1º, § 1º. O Território Bacia do Jacuípe é composto por 14 municípios: Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira,



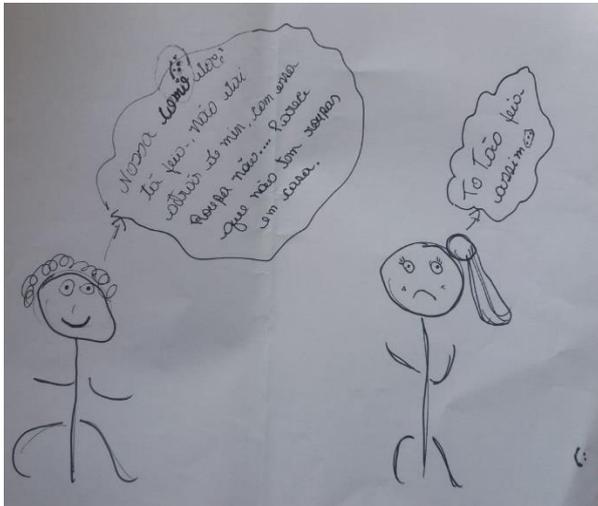
XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

suas histórias evitando julgamentos morais. Esse fato não desmerece a fala destas mulheres, pois mesmo diante dos risos e, para além destes, tiveram momentos de emoção, indignação, e a coragem de revelar com presteza suas histórias.

Durante a roda de conversa a facilitadora pediu para que as participantes fizessem em uma folha de papel em branco, uma frase e/ou desenho que representou um evento vivenciado por elas de violência doméstica ou familiar. A seguir selecionamos alguns relatos e desenhos que foram extraídos deste momento.

Participante nº 01:



“Tenho vergonha de você, com essa roupa atrás de mim você não vai, tira essa roupa e veste outra porque você tem mais roupa. Esse

aqui é o meu convívio, isso é as pequenas coisas (...) Ele não era essa pessoa, passou a se transformar nessa pessoa de uns anos pra cá (...) Eu tenho 15 anos, não é quinze dias, é muitos anos...Ele foi me desvalorizando, eu fui ali me abatendo, e fui ficando quieta, sentava no canto e chorava... Joguei minha vida praticamente inteira fora (...) Então, eu venho convivendo com isso, de quatro anos para cá... e eu me acabei, eu hoje perdi dez quilos, de tristeza, de angústia, de sofrimento, mas eu vou dar a volta por cima.”

Participante nº 02:



“Sua gorda, porca, vai arrumar a casa. Porca não faz nada... Já me chamaram de gorda, já me chamaram de feia e tudo (...) eu chorava (...) se eu sou feia, se eu sou gorda, não me quer? me larga. Agora para ficar assim?”



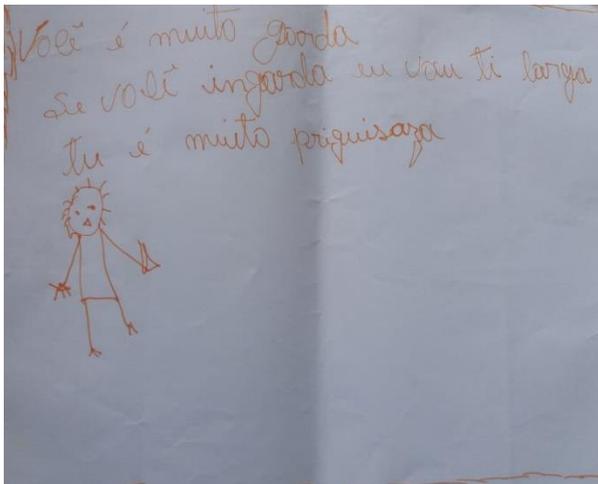
XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Participante nº 03:

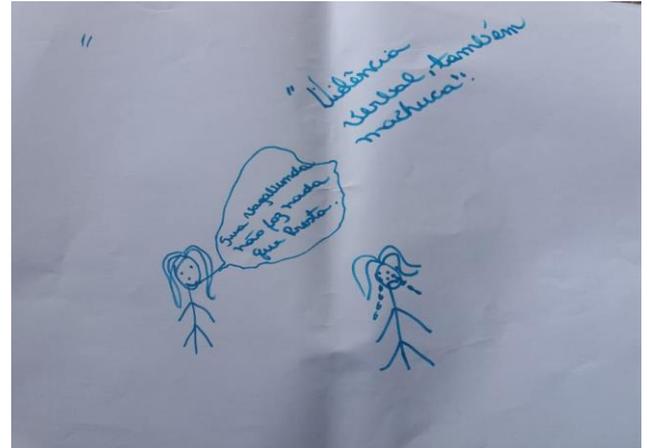
Porque tu não pára mais em casa? Tu não limpa a casa, tu não faz nada, inclusive comida (...). Isso aí não é limpeza não, isso aí não é trabalho não...miserável! olhar criança não dar trabalho, toma vergonha, eu aqui me matando e tu aí deitada no sofá (...)

Participante nº 04:



“Você é muito gorda. Se você engordar eu vou te largar. Tu é muito preguiçosa”. Isso aí eu escuto em casa. Mas é sempre assim, casamento hoje minha fia, casamento hoje a maioria é só aquele começo (...) oi meu bem (...) aí quando passa dois, três anos, quatro, cinco, seis, sete, aí agora pronto, tu é feia, tu é gorda, eu não aguento mais a tua cara. O desenho da gorda tadinha...toda feia, velha, coitada...bota na cabeça.

Participante nº 05:



Os desenhos e relatos acima, evidenciam as variadas faces da violência psicológica, a qual “poderá vir pela via das insinuações, ofensas, julgamentos depreciativos, humilhações, acusações infundadas e palavrões” (OSTERNE, 2011, p. 135). Essa forma de violência “é invisível por não deixar marcas no corpo humano violentado. Suas marcas, entretanto, podem aparecer nas atitudes e no comportamento posterior da mulher ‘vitimada’” (OSTERNE, 2011, p. 135).

Como é possível notar, nas histórias apresentadas acima as marcas deixadas pela violência psicológica aparecem através da tristeza, do sentimento de humilhação, angústia, ou seja, sofrimentos mentais profundos, que inclusive provocou em uma das participantes a perda de peso.

No que se refere aos agressores, verifica-se nos relatos que, são os atuais companheiros das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

mulheres. Isso confirma que a violência de gênero ocorre com maior frequência no sentido homem contra mulher, apesar de poder acontecer entre duas mulheres ou mesmo dois homens.

A violência praticada pelos homens contra as mulheres é de fato uma maneira daqueles exercerem seu poder sobre estas últimas. Deste modo, entender esta problemática requer uma análise a partir da socialização masculina e feminina, ou seja, da construção cultural e social do que é ser homem e ser mulher, compreendendo os papéis destinados a cada um desses atores sociais. Isso porque, os preconceitos de gênero e a educação domesticadora presentes tanto na família, quanto na escola, na vizinhança, na igreja e em outras instituições, reproduzem estereótipos masculinos e femininos, como sujeitos opostos (OSTERNE, 2011).

Com efeito, as violências perpetradas ocorreram por razões diversas, que vão desde ódio, raiva, desprezo, humilhação, insubordinação feminina ao desejo masculino, descontrole das emoções, perda de prestígio viril (BANDEIRA, 2017), por não estarem “devidamente” arrumadas, por não apresentarem o padrão “ideal” de beleza, ou por não realizarem os afazeres domésticos da

forma que se espera, ou seja, por não se comportarem como uma “mulher de verdade”.

Dentro da lógica patriarcal, a “verdadeira mulher” é aquela submissa ao marido, verdadeiro proprietário de seu corpo e de sua vontade, aquela que cuida do lar, do marido e dos filhos (DIAS e REINHEIMER, 2011). Enquanto, o “verdadeiro macho”, é o homem de coragem, valentia e destemor (OSTERNE, 2011).

No tocante à dimensão cultural do machismo, é importante destacar as peculiaridades da região Nordeste onde os atributos da macheza são historicamente associados à identidade masculina. Destarte, a figura do vaqueiro é referência para os homens do sertão, “descrito como ágil, detentor de força, corajoso, valente, um indivíduo que não desiste diante de obstáculos, perigos ou das dificuldades impostas por sua atividade, que não foge à luta, por mais árdua que seja” (VANIN, 2001, p. 191).

Vanin (2001), aponta que os homens apresentados em obras literárias regionalistas da Chapa Diamantina, região situada no interior da Bahia, inclusive, muito próxima ao município de Pintadas, eram indivíduos que possuíam características em comum: fortes, corajosos, protetores e provedores da família,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

viris, independentes, audaciosos, maliciosos, determinados e persistentes. Tais características, eram opostas as tidas como femininas: frágil, delicada, amorosa, ingênua, passiva e virtuosa. “Essa imagem de passividade ocorre no campo moral e sexual, na medida em que se espera dela agilidade, destreza e habilidade no cuidado da casa e da família” (VANIN, p.193).

Destarte, essas constatações são reafirmadas quando analisamos as falas abaixo, nas quais as participantes conversando entre si, falam de outras mulheres, relatando casos de feminicídios ocorridos no município:

“Teve um que eu fiquei sabendo que matou a mulher dentro do banheiro”.

“Era minha colega”.

“Foi chocante”.

“Ele não aceitou a separação”.

“Fugiu (...)”.

“Não disseram que ele estava preso?”

“Tava preso nada, foi solto minha filha!”

“Teve um que matou uma mulher por ciúme (...) ele matou a mulher a facadas.”

“Teve outra lá em cima, que foi uma pixita, que o povo chama de pixita, aquela alí eu não sei porque foi não.”

“Foi por droga. Chamou falando que ia fumar e chegou lá e matou ela.”

A análise do diálogo supra, estabelecido entre as participantes, enfatiza que, dos três relatos de crimes de feminicídios praticados no município de Pintadas, dois foram cometidos por parceiros íntimos das vítimas. O primeiro, revela um ex-marido que assassinou a ex-esposa em virtude do pedido de separação. O segundo, um companheiro, que à época do crime convivia com a vítima, tendo matado a companheira por motivos de ciúmes.

Esses dados demonstram que diante do pedido de separação ou suspeita de adultério, o homem sente a perda do poder exercido sobre o corpo da mulher, e tem sua honra e sua condição masculina atingida, o que compromete sua virilidade, daí recorrendo ao feminicídio como última instância de controle da mulher, o controle da própria vida (BANDEIRA, 2017).

Por outro lado, merece atenção o fato de no terceiro caso, o feminicídio ter sido praticado em face de quem elas chamaram de “pixita”. Procurando saber o significado do termo, constatou-se que é uma expressão regional utilizada para referir-se às mulheres que fazem sexo em troca de recompensas. Neste último



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

caso, não se pode cogitar tratar-se de uma violência doméstica ou familiar, já que as participantes não sabiam muitas informações, o que frisaram bem foi que, tratava-se de uma “pixita” e que a mesma era usuária de drogas ilícitas.

Importante observar aqui que, a vítima não foi chamada de mulher pelas participantes, mas sim de “pixita”. Isto significa que para elas aquela que não é detentora de “honra” é vista tão somente enquanto um objeto de prazer masculino. Assim, verifica-se que as próprias mulheres do município reproduzem os ideais machistas de dominação e naturalização dos privilégios masculinos.

Como se pode perceber dos fatos narrados, as participantes conheciam as vítimas, ou pelo menos passaram a saber de suas histórias. Isso confirma a proximidade muito grande existente entre as pessoas que vivem no município de Pintadas, em virtude do reduzido número de habitantes, o que gera um mútuo controle, julgamento moral e intensa recriação narrativa das ações dos indivíduos e suas famílias (AMORIM; NADER, 2017).

Em outro ponto da conversa, as próprias participantes ressaltaram expressamente vivenciar este controle:

“Eu tenho vergonha de apanhar e no outro dia sair na rua com o olho roxo. Que foi isso? Cair! Como é que tu cai e bate o olho?”

“E os vizinhos que moram perto?”

“(...) os vizinhos tudo fofoqueiro (...) aquela rua ali? eh diacho!”

“(...) qualquer coisinha o vizinho tá de olho!”

“(...) cidade pequena, meu Deus!”

“(...) O que um faz todo mundo quer saber! Se cuspir ali, todo mundo sabe”.

“Isso quando não acrescenta. A mulher apanha lá, e aí já saem dizendo ele quase matou”.

“Inventam várias coisas que nem aconteceu”.

“Oficina e salão é os piores lugares para se falar da vida dos outros.”

De fato, as falas transcritas acima evidenciam que, se para uma mulher que vive em uma grande cidade é necessário ter coragem para denunciar o agressor, para as mulheres que vivem em cidades pequenas essa coragem precisa ser “triplicada”, isto porque, ao decidirem denunciar terão que lidar com o julgamento moral da comunidade e as fofocas depreciativas, que muitas vezes lhe atribui a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

culpa pelas agressões, acusando-as de não cumprir como deveria o seu papel de mulher, como esposa e mãe (AMORIM; NADER, 2017, p. 125).

Outrossim, outra situação que corrobora com essa afirmação, é a existência de uma única delegacia e um único hospital na cidade, nos quais trabalham profissionais, em sua maioria, da própria cidade, que inclusive conhecem as vítimas. Isso contribui com controle social exercido sobre as mulheres que sofrem violência, que vai desde o controle exercido pelos vizinhos no ato violento em si, ao controle exercido pelas pessoas da cidade durante o trajeto até a Delegacia ou Hospital, até mesmo o controle que poderá ser realizado pelos próprios servidores, que poderão julgá-las, buscando justificativas que culpabilizem a mulher pela aquela agressão (AMORIM; NADER, 2017, p. 125).

Há que se ressaltar que as mulheres participantes da roda em nenhum momento cogitaram denunciar as agressões perante a Delegacia da cidade ou, sequer, procurar ajuda em outro órgão do município. Indagadas sobre o que havia no município para enfrentamento do problema, as repostas foram estas: “(...)Aqui é o fim do mundo” (...) Aqui não tem muita coisa” (...) “Oxe! Ave Maria! se for

falar tudo (que não têm no município), acaba o ano e não fala”.

Em um município que não tem Delegacia especializada, nem ações de enfrentamento deste problema, elas resistem, enfrentam individualmente, e, buscam fazer justiça com suas “próprias mãos”.

“(...) Uma vez o meu mesmo me agrediu por causa dos amigos dele. Mas também ele me bateu e eu também bati nele até umas horas. É (...) porque ele saiu com os amigos, os amigos botou na cabeça dele, ele chegou em casa bêbado, falando coisa comigo, e veio e me agrediu. Mas também foi a única vez. Eu disse: filho da peste no dia que tu me triscar de novo eu te mato! Tô com ele por causa da mia fia. (...) Eu falei, no dia que tu me triscar a mão eu te mato. E mato mermo. Eu mato e faço que nem uma mulher de minha cidade, eu não sou daqui, sou de Serrinha (moro aqui a 04 anos), no sábado de aleluia ela matou o marido de facada e sentou na porta esperando a polícia. Assim eu faço. Foi esse ano. Matou, o corpo aqui e ela sentada na porta... Assim eu faço, eu já falei para o daqui, no dia que ele me triscar a mão eu mato e sento na porta esperando a polícia. Vou presa alegre e satisfeita, agora um dia eu saio, mais nunca tu vai bater em ninguém. Eu saio com 20, 30, 40, mas eu saio. Já falei que eu compro garrafa de óleo,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

esquento, espero dormir e joga no ouvido, mas que eu mato eu mato. Eu também não dou esse gostinho mais nunca dele levantar a mão para bater em ninguém. Ele me bateu uma única vez, ele me bateu, mas também apanhou. Eu dei cada mordida, eu mordi a testa, o braço, o peito, as costas...”

“É por isso que eu não caso. Eu já disse lá em casa... eu casar? Nunca nessa vida”.

“Não gosto de cabelo pequeno! Meu cabelo era grande. Meti na tesoura. O meu só quer que meu cabelo cresça. Cresce, tesoura...cresce, tesoura.”

“De tanto ele falar, falar... eu disse vou cortar meu cabelo e deixar no pé do pescoço”.

“Eu tentei estudar cinco anos aqui no Normal, cinco...todo ano eu desistia, porque meu marido dizia, tu tá indo para escola para tu arrumar um macho... Esse ano eu disse, não perai, tem alguma coisa errada, eu falei, eu vou estudar de noite, se tiver eu vou e tá acabado”.

As participantes relatam para além da violência vivida, a resistência e o enfrentamento individual do problema, o qual se dá de várias maneiras: por meio da negativa à obrigatoriedade do casamento, indo de

encontro à vontade do companheiro ou marido, fazendo prevalecer sua própria vontade, ainda, por meio de reações às agressões, através de agressões recíprocas físicas e verbais, podendo ir a um ato mais extremo em sua própria defesa, como matar o agressor.

A última forma de enfrentamento, matar o agressor, chama atenção por ser a forma mais extrema. Aqui, verifica-se que, na intenção de se proteger de violências futuras e conter o marido, a mulher acaba pensando na possibilidade de exceder os limites da lei. Não se descarta a possibilidade dessa forma extrema de enfrentamento se concretizar, uma vez que, dados os relatos de feminicídios ocorridos no município com desfechos trágicos que não foram evitados pelo Estado, isto gerou nelas a sensação de impunidade do agressor e, conseqüentemente, descrença na justiça. É tanto que, no decorrer da conversa as participantes não cogitaram em nenhum momento denunciar os agressores, nem mesmo procurar qualquer ajuda advinda do poder público, sequer citaram alguma atuação de órgãos públicos no enfrentamento do problema

Com efeito as participantes demonstraram acreditar na mudança do agressor, sendo elas próprias as causadoras da mudança. De outro lado, caso o agressor não mude, elas próprias farão justiça, a qual se dará através da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

separação, da agressão, ou na sua forma mais extrema, através do homicídio, mas não por meio da denúncia e de um processo judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para além de uma roda de conversa que norteará uma pesquisa de mestrado, esta foi uma ocasião na qual as mulheres tiveram a oportunidade de falar, desabafar, e, principalmente, serem ouvidas. Ao perguntar como elas avaliaram a roda que durou em média 1 h e 30 min, elas demonstram que tinham “sede” de falar, acharam o tempo curto, pediram que tivessem outros momentos como esse:

“Deveria ter mais vezes...”

“O dia todo...”

“Deveria ter um lugar assim enorme, para ter só mulher, para ter aquele debate só com as

mulheres para saber os que as mulheres fazem...que não tenha nenhum homem, porque se tiver um homem elas já ficam já com medo ali de dizer o que sente e o que já sofreu... ter só mulher para ela dizer o que ela sente e o que ela já sofreu (...)”

“É que a gente vai conversando e vai desabafando...”

O trabalho de escrever sobre a violência, principalmente, contra as mulheres que vivem em municípios de pequeno porte, invisibilizadas, requer uma atenção basilar. Ao mesmo tempo que se fala sobre a vida de mulheres que têm seus direitos humanos e fundamentais violados, é uma forma também de dar visibilidade ao problema tanto no campo dos estudos jurídicos e feministas, quanto das políticas públicas, e, desta forma, contribuir com a transformação desta realidade perturbadora.

Com efeito, é necessário ampliar a luta contra a violência que sofrem as mulheres, e isto só será possível voltando os olhares para as mulheres que vivem em interiores de pequeno porte. Conforme desabafou uma das participantes de uma Roda de Conversa acompanhada por Tavares (2016), “você é a sua Bússola”, pois sem poderem contar com políticas de prevenção e enfrentamento à violência, as mulheres residentes em cidades do interior contam apenas consigo mesmas, sua determinação e capacidade de superação.

Como disse Boaventura de Souza Santos “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (1997, p. 30). Isso implica



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

dizer que, para garantir os direitos previstos na Lei Maria da Penha para as mulheres que vivem em municípios de pequeno porte faz-se necessário o investimento na implantação dos equipamentos da rede de atendimento nesses locais, ou seja, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Delegacias Especializadas, Casas Abrigo, Varas Especializadas, só para citar alguns. Isso significa tratar as mulheres que vivem em municípios de pequeno porte como iguais àquelas que vivem em municípios de grande porte, visto que, até então, tais medidas de proteção previstas em lei não as alcançam pelo simples fato do local de domicílio.

De outra sorte, têm direito a serem tratadas diferente, a terem políticas públicas que reflitam as dificuldades locais, que levem em consideração por exemplo, a forma de manifestação do machismo regional, e o grau de proximidade entre as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/pintadas_ba>. Acesso em: 13 de março de 2018.

AMORIM, Érika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher:** questionamentos frente ao silenciamento em cidades de pequeno porte. *Vozes, Pretérito & Devir: Dossiê Temático: Gênero e Diversidade*, Ano IV, Vol. VII, Nº I (2017), ISSN: 2317-1979.

AFONSO, M. L. M., Abade, F. (2008). *Para reinventar as Rodas*. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). Publicação eletrônica. Disponível em:http://www.ufsj.edu.br/portalrepositorio/File/lapip/PARA_REINVENTAR_AS_RODAS.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. 2017, p. 14 a 35. In: STEVENS, Cristina; et al (Org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*, Brasília/DF, Technopolitik, 2017.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA BACIA DO JACUÍPE. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. 2010. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0028/5338/PT_DS_BACIA_DO_JACUIPE.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

DIAS, Maria Berenice; REINHEIMER, Thiele Lopes. Da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos – artigo 6º. In: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). Lei Maria da Penha – Comentada em Uma Perspectiva Jurídico – Feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 195-200.

FRANCO, Maria Asenate C.; TAVARES, Márcia Santana. **POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO:** a (não) materialização da Lei 11.30/2006 em contextos rurais baianos. Revista Feminismos. Vol.4, N.1, Jan - Abr. 2016.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência contra a mulher na dimensão cultural da prevalência do masculino.** O público e o privado. Nº 18, julho/dezembro de 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **JÁ SE METE A COLHER EM BRIGA DE MARIDO E MULHER. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: vol.13 no.4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000400009&lang=pt>. Acesso em: 04 de janeiro de 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **POR UMA CONCEPÇÃO MULTICULTURAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 48. Junho 1997.

VANIN, Iole Macedo. **HOMENS VALENTES, MULHERES ABNEGADAS: VISLUMBRANDO GÊNERO NA LITERATURA SOBRE A REGIÃO DO PIEMONTE DA CHAPADA DIAMANTINA. Fazendo Gênero na Historiografia Baiana.** Organizado por Cecília M.B. Sardenberg, Iole Macedo Vanin e Lina Mª Brandão de Aras. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, p. 183 a 199.

TAVARES, Márcia Santana. **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E ACESSO À JUSTIÇA:** notas sobre uma Roda de Conversa em Itinga/BA. **Revista Feminismos.** Vol.4, N.1, Jan - Abr. 2016, p. 132-140. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/issue/view/15>. Acesso em: 06 de janeiro de 2018.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.